



COMPANHIA DOCAS DO CEARÁ
CNPJ: 07.223.670.0001-16
Fortaleza – CE

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS
PERÍODO FINDO EM 31/12/2017
(Valores expressos em milhares de Reais)

1. CONTEXTO OPERACIONAL

A Companhia Docas do Ceará – CDC é uma sociedade de economia mista, de capital autorizado, constituída através da Resolução CNPVN nº 182.1, de 25/03/1965, nos termos da Lei n.º 4.213, de 14/02/1963 e do Decreto nº 54.046, de 23/07/1964, com a missão de promover o desenvolvimento sócio-econômico da região de sua influência, e em particular do Estado do Ceará, através do exercício da função de autoridade portuária e pela promoção das facilidades portuárias para as exportações e importações e o transporte marítimo de cabotagem de mercadorias e turismo. O Governo Federal detém o controle acionário da sociedade com participação de **99,93%** do capital votante.

A CDC é vinculada ao Ministério dos Transportes, Portos e Aviação Civil, sendo o Porto de Fortaleza um dos terminais marítimos mais importantes e estratégicos do País. Sua localização privilegiada à Rua Vicente de Castro, 5601, Cais do Porto (na enseada do Mucuripe, em Fortaleza, Ceará), o mantém em proximidade com os mercados da América do Norte e Europa, permitindo o atendimento a empresas de navegação com linhas regulares destinadas a portos dos Estados Unidos, Canadá, América Central, Europa, África e países do Mercosul, além de itinerários para os demais portos brasileiros através da navegação de cabotagem.

Sua área de influência abrange os estados do Ceará, Piauí, Maranhão, Rio Grande do Norte, Pernambuco e Paraíba, estendendo-se também às regiões Norte, Centro-Oeste e ao Vale do São Francisco. No Porto de Fortaleza encontra-se um dos maiores pólos trigueiros



do país e uma infra-estrutura versátil que permite a movimentação de diferentes tipos de mercadorias, divididos em graneis sólidos (grãos, cereais, etc), graneis líquidos (derivados de petróleo), carga geral solta e containerizada, castanha de caju, cera de carnaúba, metal, tecidos, frutas, trigo, malte, lubrificantes, combustíveis e derivados de petróleo estão entre os principais produtos movimentados pelo Porto.

2. BASE DE PREPARAÇÃO E APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

As demonstrações da Companhia Docas foram elaboradas e estão sendo apresentadas em conformidade com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com observância às disposições contidas na legislação societária brasileira e nos pronunciamentos, orientações e interpretações técnicas emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), aprovados pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC). Esses pronunciamentos visam à convergência das Normas Brasileiras de Contabilidade às Normas Internacionais de Contabilidade.

As demonstrações financeiras são apresentadas em milhares de reais, que é a moeda funcional da Companhia.

Os ativos e passivos são classificados como circulantes quando sua realização ou liquidação é provável que ocorra nos próximos 12 (doze) meses. Caso contrário, são demonstrados como não circulantes.

3. SUMÁRIO DAS PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS

a) Caixa e Equivalentes de Caixa

Incluem os saldos de caixa, bancos conta movimento e títulos vinculados ao mercado aberto (Aplicação Financeira), distribuídos em fundo de renda fixa – curto prazo e fundo de renda fixa – Convênios, registrados ao custo acrescidos dos rendimentos



proporcionais auferidos até a data do balanço, calculados de acordo com as taxas pactuadas com as Instituições Financeiras. No que se refere ao fundo de renda fixa – Convênios, são recursos do Governo para repasse, cuja contrapartida encontra-se registrada no Passivo Circulante.

b) Contas a Receber de Usuários

Estão incluídos os serviços faturados, mediante as tabelas de faturamento vigentes no Porto de Fortaleza.

c) (-) Perdas Estimadas com Crédito de Liquidação Duvidosa

Constituída com base no saldo de Clientes vencidos há mais de 180 dias.

d) Estoques

Estão avaliados pelo custo médio de aquisição e correspondem a bens em almoxarifado, como materiais de consumo e limpeza, de expediente, peças e equipamentos de informática.

e) Investimentos

Estão demonstrados tendo como base o valor de mercado da cota.

f) Imobilizado

Os itens do imobilizado estão demonstrados pelo custo de aquisição, deduzidos da depreciação acumulada.

Não houve alterações nas taxas de depreciação no exercício de 2017, permanecendo os mesmos critérios adotados em 2016.

Reparos e manutenções, incluindo o custo das peças de reposição, somente são ativados quando for provável que os gastos proporcionem futuros benefícios econômicos para a Empresa. Caso contrário, são contabilizados como despesas do exercício, quando incorridos.

A depreciação é reconhecida de modo a alocar o custo dos ativos menos os seus valores residuais ao longo de suas vidas úteis estimadas, utilizando-se o método linear. As



taxas anuais de depreciação estão demonstradas na **nota 10**. Os terrenos não são depreciados.

Passivos

Reconhecidos no balanço quando a Companhia possui uma obrigação legal ou constituída como resultado de um evento passado.

g) Apuração dos Resultados

As receitas e as despesas são reconhecidas com observância ao regime de competência.

4. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

Os saldos de caixa e equivalentes de caixa em moeda nacional estão relacionados a seguir:

	31/12/2017	31/12/2016
Caixa/Bancos	1.401	3.604
Aplicação - BB – Fundo de renda Fixa	3.639	1.699
Saldo de crédito não identificado	(1.081)	(375)
TOTAL	3.960	4.929

Ressalta-se que dos recursos disponíveis R\$ 2.184 (mil) são recursos provenientes da União.



5. CLIENTES

	31/12/2017	31/12/2016
Contas a Receber de Usuários	4.081	2.201
SEAPORT Serviços Marítimos LTDA	46	-
COMPANHIA SIDERÚRGICA DO PECÉM	449	
Outros	5	102
(-) Perdas Estimadas com Crédito de liquidação Duvidosa	-256	-325
TOTAL	4.325	1.978

6. ACORDOS/RESSARCIMENTOS

A rubrica Acordos/Ressarcimentos refere-se a ressarcimento pendente, por parte da empresa INDESA, no montante de R\$ 41 mil, que é objeto de ação judicial de número 018024-92.2016.8.06.0001.

	31/12/2017	31/12/2016
Contas a Receber de Usuários	41	41
TOTAL	41	41

7. TRIBUTOS A RECUPERAR

A Companhia possui valores de natureza tributária, passíveis de recuperação tanto por meio de compensação, como por ressarcimento ou simples dedução. São créditos decorrentes de IR s/ aplicação financeira, retenções s/ serviços prestados e saldo negativo formado em períodos diversos. Segue a discriminação:



	31/12/2017	31/12/2016
Saldo Negativo IRPJ 2017 - 2016	-	1.103
Saldo Negativo CSLL 2017 - 2016	-	202
Saldo Negativo IRPJ 2018 - 2017	989	-
Saldo Negativo CSLL 2018 - 2017	191	-
TOTAL	1.180	1.305

8. ATIVO NÃO CIRCULANTE

a) Depósitos Judiciais

	31/12/2017	31/12/2016
SINDEPOR	8	8
Reclamações Trabalhistas	1.942	2.999
TOTAL	1.950	3.007

Os valores constantes como Depósitos Judiciais, correspondem às causas trabalhistas ingressadas por empregados da CDC e pelo SINDEPOR. Destaca-se o bloqueio judicial efetuado em 2012 pelo INSS referente ao processo nº 351/1996, no valor de aproximadamente sete milhões de reais, onde parte já foi desbloqueado, restando ainda um saldo bloqueado de R\$ 1.312 mil, que está em processo de liquidação perante a Receita Federal do Brasil.

b) Clientes

Refere-se ao saldo do cliente SEAPORT, cuja dívida foi confessada e parcelada, no montante de R\$ 139.050,04, em 36 meses, sendo que, 23 parcelas foram contabilizadas em longo prazo, conforme a seguir:

	31/12/2017	31/12/2016
SEAPORT Serviços Marítimos LTDA	89	-
TOTAL	89	-



9. INVESTIMENTOS

Os investimentos foram avaliados tendo como base o valor de mercado da cota, conforme saldos abaixo:

	31/12/2017	31/12/2016
Bndes	4	4
Finor – Banco Nordeste	8	5
TOTAL	12	9

10. IMOBILIZADO

Está demonstrado ao custo de aquisição, formação ou construção, deduzido da depreciação acumulada. A depreciação é calculada pelo método linear, com base em taxas que levam em consideração a vida útil econômica remanescente dos bens.

	31/12/2017	31/12/2016
Bens Móveis	14.751	14.740
Bens Imóveis	114.467	114.905
Imobilizado TMP	238.454	238.132
Obras em Andamento	33.339	29.330
Imobilizado - Convênios	1.627	1.627
Convênio CVT	528	528
Convênio DNIT	959	959
Convênio Monitoramento	140	140
Depreciação	-67.379	-54.495
TOTAL	335.259	344.239



	Taxa Depreciação Anual	Prazo de Vida Estimada - Anos
Edificações	1,67%	60
Embarcações	5%	20
Máquinas Móveis, Aparelhos, Ferramentas e Equipamentos	10%	10
Instalações	10%	10
Biblioteca	10%	10
Veículos	20%	5
Equipamentos para Computação Eletrônica	20%	5
Instalações de Produção e Distribuição de Energia Elétrica	20%	5

Em 2017, houve um aumento no grupo de Imobilizado em Andamento, em que se destaca a obra de Substituição da Pavimentação do Porto de Fortaleza e Sistema de Monitoramento e Gravação de CFTV, onde foram gastos no ano, aproximadamente R\$ 4.009 milhões.

Para o exercício de 2017, uma comissão interna, formada para verificar indícios de indicadores de *Impairment* (Perda por recuperabilidade de ativos), emitiu relatório, o qual manifestou-se pela desnecessidade da realização de teste de *Impairment*.

Vale ressaltar que, houve um aumento relevante na depreciação dos bens, principalmente, no que se refere ao imobilizado do Terminal Marítimo de Passageiros – TMP, a qual totalizou em 2017, R\$ 9.922 (mil). Vide nota 27.

11. INTANGÍVEL

Compreende a aquisição de software contabilizado pelo seu custo de aquisição, com amortização prevista de 20% a.a e vida útil estimada de 5 anos.

	31/12/2017	31/12/2016
Intangível	6.800	6.795
Amortização	-4.071	-2.811
TOTAL	2.729	3.984



12. FORNECEDORES

Trata-se de fornecedores de bens e serviços para a CDC, os quais listamos os principais:

	31/12/2017	31/12/2016
EBC	69	112
CJS SERV DE MANUTENÇÃO IND E REP LTDA	79	76
XL SEGUROS	180	134
ENEL	193	210
INTELLSISTEMAS	119	119
IVIA SERVIÇOS DE INFORMATICA LTDA	164	144
HAPVIDA	-	108
FUNDAÇÃO CEARENSE DE PESQUISA	254	254
CRIART SERV. TERCEIRIZAÇÃO	-	239
VMI SISTEMAS DE SEGURANÇA LTDA	166	331
IMACULADA GORDIANO	128	128
PROSPERA	86	492
SINDIC AGENC NAVEG92	-	92
CAGECE	90	35
IEPRO	375	-
FORNECEDORES DIVERSOS	202	622
TOTAL	2.105	3.096

Em 2016, o recessivo cenário econômico-brasileiro, decorrente de crises experimentadas nos últimos anos, acarretou a queda de receitas, ocasionada pela redução da movimentação de cargas, principalmente de graneis líquidos, que formam a nossa maior receita; associada ao congelamento tarifário e à indexação monetária de custos e despesas da CDC. Como consequência, a situação financeira encontrou-se comprometida, acarretando, dentre outras coisas, o aumento do saldo de Fornecedores.

Inobstante a adoção de políticas que visam o aumento de produtividade, busca de novas cargas e a redução de despesas, as tarifas do Porto não estão gerando receitas suficientes para suprir nossas despesas que vêm sofrendo majorações.



Em 2017, a CDC vivenciou cenário semelhante ao de 2016, entretanto, vem de forma efetiva trabalhando no sentido de reverter atual situação econômico-financeira., o que refletiu na redução do saldo de fornecedores.

13. OBRIGAÇÕES TRABALHISTAS

	31/12/2017	31/12/2016
CURTO PRAZO		
Reclamações Trabalhistas	4.331	5.078
Rescisões	66	38
TOTAL	4.397	5.116

Está contabilizado o montante de R\$ 4.331 (mil) a título de passivo contingente trabalhista, cujo prognóstico emitido pelo setor jurídico da CDC é de perda provável.

Não foi provisionado o montante aproximado de R\$ 148 (mil), referente às causas trabalhistas cujo prognóstico foi possível e, o montante de R\$ 10.715 (mil) cujo prognóstico foi considerado como de possibilidade remota de perda.

No grupo onde está classificado o saldo de curto prazo, também são registrados os valores referentes a salários a pagar, férias a pagar, rescisões a pagar e décimo terceiro salário a pagar, os quais foram liquidados dentro do próprio exercício, exceto Rescisões, cujo saldo será liquidado em 2018.

14. OBRIGAÇÕES FISCAIS E PREVIDENCIÁRIAS

São obrigações sociais provisionadas em função de salários e serviços prestados, principalmente, em DEZEMBRO de 2017.

	31/12/2017	31/12/2016
Impostos A Recolher - INSRF 480/04	256	295
INSS A Recolher	398	1364
ISS - Imposto Serviços Prestados	134	26
ISS Retido Na Fonte	47	62
PIS a Recolher	86	59
COFINS -Contribuição Social Lei Compl 70/91	398	496
Outros	260	312
TOTAL	1.579	2.614



15. PORTUS – PREVIDÊNCIA PRIVADA

A Emenda Constitucional nº 20, de 15 de dezembro de 1998, determinou a paridade contributiva entre contribuição de participantes e patrocinadoras, razão por que estas reconheceram, em reunião realizada em 16 de janeiro de 2002, na sede da PORTUS, os valores referentes à Reserva a Amortizar.

A CDC, como uma das patrocinadoras, em 08 de setembro de 2005, confessou e reconheceu, para todos os fins de direito, o valor do compromisso individual decorrente de rateio do montante das contribuições de participantes ativos e assistidos, dívida que em agosto de 2005, perfazia o total de R\$ 6.891 (mil), comprometendo-se a pagar citada dívida em 240 parcelas mensais, inclusive juros de 6% a. a mais INPC e sem existência de garantia.

CURTO PRAZO	31/12/2017	31/12/2016
Portus – Previdência Privada	630	630
LONGO PRAZO		
Portus – Previdência Privada	3.771	4.132
TOTAL	4.401	4.762

16. REFIS

Em novembro de 2012, a Companhia realizou um parcelamento ordinário na Receita Federal do Brasil, cuja origem é decorrente de débito de INSS em atraso, oriundo da Reclamação Trabalhista nº 351/1996, onde foram pagos R\$ 1.613 (mil) a título de valor principal, referente à 13 parcelas do mesmo. Em dezembro de 2013 o referido parcelamento ordinário foi suspenso com a adesão ao REFIS, onde o débito de INSS foi inscrito com o valor principal de R\$ 6.002 (mil) a ser pago em 60 meses. Do valor inscrito, já foram pagos R\$ 1.300 (mil) e que, somando ao valor já pago pelo parcelamento ordinário restou, em dezembro de 2014, um saldo remanescente de R\$ 3.088 (mil), o qual foi devidamente contabilizado. Em 2015, houve a consolidação do saldo devedor pela Receita Federal do Brasil, conforme Ofício nº 447/2015/SECAT/DRF-FOR/SRRF03/RFB/MF-CE, restando um saldo devedor, em



setembro de 2015, de R\$ 1.229 (mil). Por fim, resta bloqueado o montante de R\$ 1.312 (mil) para liquidação da dívida, conforme determinação judicial datada de 15 de outubro de 2015.

Entretanto, em setembro de 2017, foi efetuada a Consolidação de Modalidade de Parcelamento da Reabertura da Lei nº 11.941/2009, de saldo remanescente dos programas REFIS, PAES, PAEX E PARCELAMENTOS ORDINÁRIOS – ART. 3º DÉBITOS PREVIDENCIÁRIOS no âmbito da RFB, onde verificou-se que, o montante do saldo devedor era de R\$ 3.813.243,14, já acrescido de multas e juros.

A RFB abriu a possibilidade, no ato da consolidação, da redução da multa e de redução de 40% do valor dos juros, além da possibilidade de utilização de créditos de Prejuízos Fiscais e de Bases Negativas de CSLL, para amortizar os juros e o restante a ser quitado em até 180 parcelas.

Diante do exposto, quanto à Reclamação Trabalhista nº 351/1996, objeto do presente REFIS, a Coordenadoria Jurídica da CDC, manifestou-se informando que, do depósito bloqueado de R\$ 1.312 (mil), o valor de R\$79(mil) (cota segurado) revertido em renda, bem como o valor de R\$ 1.149 (mil) (cota patronal), somando R\$ 1.228 (mil), ainda não foram amortizados do valor principal R\$1.337.088,31.

Conforme CI CODJUR 347/2018, após a última consolidação, a CDC solicitou, revisão manual, em virtude de erro no próprio sistema da RFB (ausência de reconhecimento de pagamento), para que os valores, que já haviam sido pagos, fossem reconhecidos, ensejando, assim, uma redução considerável do valor apontado com o principal e por conseguinte, os valores acessórios, para fins de quitação.

17. PARCELAMENTO INSS

Refere-se ao parcelamento do saldo a pagar de INSS, parcela de beneficiários, referente às competências de novembro/16, dezembro/16 e 13º Salário, através de Parcelamento Simplificado Previdenciário, em 60 parcelas, perante a Receita Federal do Brasil.

CURTO PRAZO	31/12/2017	31/12/2016
Parcelamento INSS	56	-
LONGO PRAZO		
Parcelamento INSS	200	-
TOTAL	256	-

18. PARCELAMENTO PERT

Em agosto de 2017, a CDC aderiu ao Programa Especial de Regularização Tributária (PERT), no montante de R\$ 1.360 (mil), tendo sido paga a entrada em cinco parcelas,



restando saldo de R\$ 1.088 (mil), a ser liquidado, por ocasião da consolidação, com créditos de prejuízos fiscais e bases negativas de CSLL.

19. PROVISÕES

As provisões para férias e encargos são efetuadas proporcionalmente ao seu período de aquisição, com valores contabilizados até 31/12/2017.

	31/12/2017	31/12/2016
Provisão de Férias	1.697	1.541
Outros	790	712
TOTAL	2.487	2.253

20. CREDITORES DIVERSOS - IPTU

O valor de R\$ 2.074(mil) trata-se de IPTU recebido das empresas que possuem áreas arrendadas na Companhia Docas do Ceará, objeto, hoje, de lide jurídica junto à Prefeitura Municipal de Fortaleza.

21. CONVÊNIOS

	31/12/2017	31/12/2016
CVT Portuário	92	91
Monitoramento Ambiental	-203	-207
TOTAL	-111	-116

Em 2015, houve o provisionamento de notas fiscais referente ao projeto básico ambiental da obra de aprofundamento do Porto de Fortaleza, objeto do Convênio de Monitoramento Ambiental. Por conta do bloqueio judicial relativo ao processo judicial nº 351/1996, existente na conta de aplicação financeira do referido convênio, na importância de R\$ 517.068,44, em 07/11/2012, a conta contábil apresenta saldo negativo, que será sanado, na ocasião do desbloqueio judicial. A redução verificada entre o exercício 2017 e 2016 refere-se à apropriação de juros e rendimentos da conta bancária de investimento do respectivo convênio.

22. AÇÕES JUDICIAIS



Os quadros a seguir demonstram o montante de ações judiciais, nas quais a empresa figura no Pólo Ativo e Passivo, onde os prognósticos (1- PROVÁVEL, 2 – POSSÍVEL E 3 – REMOTA) foram emitidos pelo Setor Jurídico da CDC.

Ressalta-se que as devidas contabilizações foram efetuadas de acordo com o disposto pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis CPC 25 – Provisões, Passivos e Ativos Contingentes.

Pelo Princípio da Prudência, nas ações em que a CDC figura em pólo ativo, as que possuem prognóstico 1, não foram reconhecidas nas demonstrações contábeis, sendo apenas divulgadas em Notas Explicativas. As mesmas serão reconhecidas no momento da sua realização.

Nas ações em que a CDC figura em pólo passivo, estas foram provisionadas de acordo com o item 14 do CPC 25, que orienta que uma provisão deverá ser reconhecida quando:

- (a) a entidade tem uma obrigação presente (legal ou não formalizada) como resultado de evento passado;
- (b) seja provável que será necessária uma saída de recursos que incorporam benefícios econômicos para liquidar a obrigação; e
- (c) possa ser feita uma estimativa confiável do valor da obrigação. Se essas condições não forem satisfeitas, nenhuma provisão deve ser reconhecida.

Por questão de transparência das informações, as ações judiciais que possuem prognósticos 3 (REMOTA) foram evidenciadas, apesar de não haver obrigatoriedade, nos termos do referido CPC 25.

a) AÇÕES JUDICIAIS FEDERAIS

CDC – PÓLO ATIVO (em milhares de reais)

CDC REQUERENTE	QUANTIDADE DE AÇÕES	PROGNÓSTICO	VALOR TOTAL
	3	1	2.927
TOTAL GERAL	3		2.927



CDC – PÓLO PASSIVO (em milhares de reais)

CDC REQUERIDA	QUANTIDADE DE AÇÕES	PROGNÓSTICO	VALOR TOTAL
	1	1	3
	-	2	-
	5	3	7.893
TOTAL GERAL	<u>6</u>		<u>7.896</u>

	31/12/2017	31/12/2016
Ações Federais	3	-
TOTAL	<u>3</u>	<u>-</u>

b) AÇÕES CÍVEIS ESTADUAIS

CDC – PÓLO ATIVO (em milhares de reais)

CDC REQUERENTE	QUANTIDADE DE AÇÕES	PROGNÓSTICO	VALOR TOTAL
	4	1	1.774
	4	2	411
	90	3	7.385
TOTAL GERAL	<u>98</u>		<u>9.570</u>



CDC – PÓLO PASSIVO (em milhares de reais)

CDC REQUERIDA	QUANTIDADE DE AÇÕES	PROGNÓSTICO	VALOR TOTAL
	2	1	146
	-	2	-
	36	3	56.086
TOTAL GERAL	38		56.232

Conforme quadro a seguir, encontra-se contabilizado o valor de R\$ 2.546 mil referente às ações cíveis cujo prognóstico de realização é provável. Destaca-se que, do saldo contabilizado, o montante de R\$ 2.400 mil refere-se ao saldo do acordo celebrado entre CDC X Empresa PECAL, proveniente do processo nº 0569431-25.2000.8.06.0001, o qual está sendo pago em parcelas mínimas de R\$ 150 mil, mensalmente.

	31/12/2017	31/12/2016
Ações Judiciais	2.546	2.212
TOTAL	2.546	2.212

23. OBRIGAÇÕES SOCIETÁRIAS

a) CRÉDITOS PARA AUMENTO DE CAPITAL

O Governo Federal, órgão controlador da sociedade por força de disposições estatutárias e legais, provê fundos para investimento no Porto e consequente aumento de Capital. Tais fundos, por sua natureza e movimentação, não apresentam características de retratabilidade.



ACIONISTAS

2017

2016

GOVERNO FEDERAL	51.934	42.853
GOVERNO ESTADO CEARÁ	1	1
TOTAL	51.935	42.854

Ressalta-se que, com a inclusão do parágrafo único do art. 2º do Decreto 2.673, de 16 de julho de 1998, pelo art. 74 do Decreto nº 8.945, de 27 de dezembro de 2016, os recursos transferidos pela União, a partir de 1º de janeiro de 2017, que totalizaram R\$ 4.810 (mil), não sofrerão atualização monetária de acordo com variação da taxa SELIC, restando atualizados, apenas os recursos recebidos nos exercícios anteriores, os quais não foram capitalizados, face a ausência de Decreto Autorizativo, cuja edição é de competência da Casa Civil.

24. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

a) Capital Social

O Capital Social Subscrito e Integralizado, está representado por 27.485.113.672 ações, sem valor nominal, sendo 17.948.605.801 ordinárias e 9.536.507.871 preferenciais, ambas as espécies nominativas e de classe única e sem opção de compra. O valor do Capital Social, em 31 de dezembro de 2017, está assim distribuído:

Composição Acionária

ACIONISTAS	TOTAL	PERCENTUAL	TOTAL EM R\$
GOVERNO FEDERAL	27.466.893.721	99,933709748%	332.557.573,78
GOVERNO ESTADO CEARÁ	18.204.800	0,066235127%	220.416,05
PREFEITURA DE FORTALEZA	2.986	0,000010864%	36,15
PREFEITURA DE MARANGUAPE	2.986	0,000010864%	36,15
PREFEITURA DE CAUCAIA	2.986	0,000010864%	36,15
PREFEITURA DE CAMOCIM	3.207	0,000011668%	38,83
PREFEITURA DE ARACATI	2.986	0,000010864%	36,15
TOTAL	27.485.113.672	100,000000000%	332.778.173,27



As ações preferenciais não têm direito a voto, são inconversíveis em ações ordinárias e terão prioridade no caso de reembolso de capital e na distribuição de dividendos.

Poderão ser acionistas da Companhia Docas do Ceará – CDC quaisquer pessoas físicas ou jurídicas. A União é reservada, em qualquer hipótese, a participação mínima no Capital Social com direito a voto, necessária à manutenção do controle acionário, sendo-lhe garantido sempre, em todas as emissões de ações, manter esta situação.

Em 15/10/2015, a 113ª Assembleia Geral Extraordinária homologou o aumento no Capital Social, aumento este proveniente de créditos do acionista majoritário, União Federal.

b) RESERVA ESPECIAL

Em 2015, mediante aprovação do Conselho de Administração e Conselho Fiscal e, conforme ata da Assembleia Geral Extraordinária nº 112 de 25/06/2015, a Assembléia votou pela aprovação da proposta de constituição de Reserva Especial, no valor de R\$ 975 (mil) decorrentes de dividendos não pagos, pertencentes aos exercícios de 2010 a 2012, com fulcro no que dispõe o artigo 202, §§ 4º e 5º da Lei nº 6.404/76, condicionando ao que segue:

- Que a Reserva Especial não poderá ser absorvida por prejuízos em exercícios subsequentes;
- Que sobre esta reserva deverão incidir encargos financeiros equivalentes à Taxa SELIC e juros moratórios conforme determina o Decreto nº 2.673/98;
- Que os acionistas minoritários que não comparecerem à Assembleia, se absterem de votar, ou votarem de forma desfavorável à constituição da Reserva Especial, farão jus aos recebimentos dos dividendos, acrescidos dos encargos financeiros equivalentes à Taxa SELIC e juros moratórios conforme determina o Decreto nº 2.673/98.

• O saldo atualizado até 31/12/2017 totaliza um montante de R\$ 1.296 (mil).



c) PREJUÍZOS

A Companhia Docas do Ceará apresentou no exercício de 2017, prejuízo no montante de R\$ 17.998 (mil). Este resultou pela ocorrência, principalmente, dos seguintes fatores:

- Despesas com variação monetária de Créditos para Futuro Aumento de Capital, no montante de R\$ 4.271 (mil), em virtude da ausência da edição de Decreto Autorizativo para Aumento de Capital; Vide Nota 29.b.
- Provisionamento de Ações Trabalhistas e Cíveis, no montante de R\$ 2.510 (mil); onde R\$ 2.090 (mil) referiu-se à contabilização do complemento da ação judicial cível movida pela empresa PECAL, proc. Nº 0569431-25.2000.8.06.0001. Vide Nota 22.b e Nota 28.
- Aumento nos custos de Depreciação, por ocasião da transferência do Terminal Marítimo de Passageiros do Grupo de Obras em Andamento para Imobilizado, em dezembro/16, ocasionando em 2017, um custo anual de R\$ 9.922 (mil). Vide Nota 10 e Nota 27.

Adicionalmente, ressalta-se que consta na conta Prejuízos Acumulados o montante de R\$ 41.567 (mil) referentes aos exercícios de 2015 e de 2016.

d) AJUSTES DE EXERCÍCIOS ANTERIORES

O saldo existente na conta de AJUSTE DE EXERCÍCIOS ANTERIORES é proveniente dos seguintes eventos:

1. Reclassificação de devolução a funcionário do plano de saúde AMIL.	2
2. Estorno de depreciação de ativo imobilizado baixado	102
3. Reversão de despesa de exercícios anteriores	1
	105

25. ATIVO/PASSIVO COMPENSADO

O Ativo/Passivo compensado refere-se à construção do imobilizado CVT no qual a obra foi feita parte com recursos da Companhia Docas do Ceará e parte com recursos da União. O valor de R\$ 1.237 (mil) refere-se a parte da construção do Imobilizado CVT com recursos da União. Dessa forma, a CDC está aguardando a conclusão do convênio com a União para que seja definida a propriedade dos bens adquiridos.



26. RECEITAS

As receitas operacionais da CDC são apresentadas na demonstração do resultado pelo valor deduzido dos impostos e cancelamentos de notas fiscais, conforme quadro abaixo:

Receitas	31/12/2017	31/12/2016
Utilização da Infra Estrutura de Proteção e Acesso Aquaviário	15.967	13.379
Utilização das Instalações de Acostagem	2.544	2.365
Utilização da Infra Estrutura Terrestre	21.038	18.936
Serviços de Armazenagem	8.277	3.093
Serviços Diversos	4.892	3.449
Serviços Diversos - TMP	433	-
(-) DEDUÇÕES	-8.164	-7.389
Total	44.987	33.833

27. CUSTOS

CUSTOS	31/12/2017	31/12/2016
Custos com Pessoal e Encargos Sociais	13.305	15.337
Serviços Prestados - Pessoa Física	8	-
Serviços Prestados - Pessoa Jurídica	8.809	6.797
Materiais Gastos nas Operações	48	16
Custos Gerais	14.348	5.482
Total	36.518	27.632

Em 2017, verificou-se uma majoração de 32,16% em relação a 2016, notoriamente evidenciado nos custos gerais, em virtude da imobilização, em dezembro de 2016, da obra do Terminal Marítimo de Passageiros, que impactou de forma relevante no custo com Depreciação, em torno de R\$ 9.922 mil. Vide Nota 10.



28. OUTRAS RECEITAS E DESPESAS OPERACIONAIS

As outras receitas, conforme Demonstração do Resultado, perfazem o montante R\$ 9.532 mil, composta pela descrição a seguir:

	31/12/2017	31/12/2016
Receitas de Aluguéis e Arrendamentos	7.910	9.285
Recuperação de Valores baixados como perdas em exercícios anteriores	43	5
Recuperação de Perdas em crédito de liquidação duvidosa	132	-
Recuperação de Despesas de Exercícios Anteriores	113	2
Receitas Eventuais	9	4
Créditos Fiscais	1.325	-
Total	9.532	9.296

A rubrica créditos fiscais refere-se ao lançamento do valor de crédito fiscal de R\$ 1.325 (mil), proveniente de prejuízos fiscais e bases negativas de CSLL, referente aos exercícios de 2007 e 2006, o qual foi utilizado para amortizar juros referente ao REFIS.

As outras despesas, conforme Demonstração do Resultado, perfazem o montante R\$ 2.463 (mil), composta pela descrição a seguir:

	31/12/2017	31/12/2016
Despesas com Ações Judiciais (Trabalhistas e Cíveis)	2.510	6.271
Outras despesas	-47	121
Total	2.463	6.392

29. RECEITAS E DESPESAS FINANCEIRAS

a) RECEITAS FINANCEIRAS

Em 2017, verificou-se uma diminuição de receitas financeiras num percentual de 20,29% e um aumento de 30,68% nas despesas financeiras em relação ao ano de 2016. A diminuição



de receitas financeiras ocorreu devido à diminuição do montante de aplicações financeiras, visto que a receita financeira provém dos rendimentos das referidas aplicações.

	2017	2016
Juros de Usuários	313	152
Rendimentos de Aplicações Financeiras	324	586
Outras	83	165
TOTAL	720	903

b) DESPESAS FINANCEIRAS

	2017	2016
Despesas de Variações Monetárias	5.776	4.593
Outras despesas	967	567
TOTAL	6.743	5.160

As despesas financeiras referem-se às despesas de atualização de obrigações, bem como despesas bancárias, tendo maior relevância as Despesas de Variações Monetárias, no montante de R\$ 5.776 mil, onde, R\$ 4.271 mil refere-se à atualização dos créditos recebidos da União para futuro Aumento de Capital e R\$ 1.325 mil relativo aos juros, registrados em setembro/17, referentes à Consolidação do REFIS, no montante de R\$ 1.325 (mil), contribuindo para o aumento das despesas financeiras.

QUADRO RESUMO DESPESAS DE VARIAÇÕES MONETÁRIAS

Atualização Créditos AFAC	4.271
Atualização Parcelamento REFIS	1.325
Outras atualizações	180
	5.776



30. COBERTURA DE SEGUROS

A Companhia mantém cobertura de seguros para riscos operacionais e outros para resguardar seus ativos imobilizados, visando cobrir eventuais perdas.

31. DIVULGAÇÃO REQUERIDA PELO DECRETO Nº 95.524/87

Em conformidade com o disposto no Decreto nº 95.524, de 21 de dezembro de 1987 e legislação complementar, a maior e menor remuneração pagas aos empregados e dirigentes em 2017 e 2016, foram:

REMUNERAÇÃO	31/12/2017	31/12/2016
DIRETORES		
Maior Remuneração	24	24
Menor Remuneração	23	23
EMPREGADOS		
Maior Remuneração	22	22
Menor Remuneração	2	2

32. DESPESAS COM TRIBUTOS SOBRE O LUCRO

As provisões para o Imposto de Renda Pessoa Jurídica e para a Contribuição Social sobre o Lucro Líquido são calculados de acordo com a legislação específica. As alíquotas utilizadas são:

	Alíquotas em %
Imposto de Renda Pessoa Jurídica	15%
Adicional de Imposto de Renda Pessoa Jurídica	10%
Contribuição Social	9%

Mário Jorge Cavalcanti Moreira
Diretor Presidente em Exercício
Companhia Docas do Ceará

Jefferson Cavalcante de Lucena
Diretor de Administração e Finanças
Companhia Docas do Ceará

Claudio Henrique Pereira D'Alencar
Diretor de Infraestrutura e Gestão Portuária